EMPURRAR O CÉU: reflexões com os cotidianos e a pandemia

Bárbara Maia Cerqueira Cazé

Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Mailsa Carla Pinto Passos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Juliana Ribeiro

Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Resumo

Neste artigo, trazemos algumas perguntas, histórias e reflexões mobilizadas por sentimentos e experiências que temos vivido, sem muitas certezas, num momento em que o planeta sofre em função dos abusos que a humanidade tem cometido, atacando-o, aderindo à lógica do consumo desenfreado e de um modelo capitalista, este sim “selvagem”, que coloca em risco a própria existência humana. Neste estado de normalidade da exceção (SANTOS, 2020), como “suspender o céu” (KRENAK, 2020) para respirar? Como preservar nossas esperanças e continuar sonhando, pensando possibilidades de reinventar sentidos para a Educação neste contexto? Num primeiro momento, iremos refletir sobre a fundamentalidade das narrativas como possibilidade de reinventar caminhos e, num segundo momento, vamos recorrer às narrativas de diferentes grupos étnicos historicamente alijados de direitos na tentativa de recuperar nossas utopias.

Palavras-chave: Pandemia, Educação, Utopias.

Abstract

In this article we adduce questions, stories and reflections mobilized by feelings and experiences we have been living with, regardless with not much certitude, at a time when the planet suffers due to abuses committed by a humanity which attacks it, adhering to the logic of unbridled consumption and of a “wild” capitalist model that puts human existence at risk. In this state of normality of the exception (SANTOS, 2020), how to “suspend the sky” (KRENAK, 2020) to breathe? How to preserve our hopes and keep dreaming and thinking about possibilities of reinventing significances for Education in this context? At first, we consider fundamentality of narratives as a possibility for reinventing paths and, in a second moment, we resort to narratives of various ethnic groups historically excluded from their rights, in an attempt to restore our utopias.

Keywords: Pandemic, Education, Utopias.

“O que faz andar a estrada? É o sonho.

Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva.”

(Mia Couto, in Terra Sonâmbula)

“Ser verdadeiramente radical é tornar a esperança mais possível do que o desespero convincente.”

(Raymond Willyams, in Recursos da esperança)

1. Pelo direito a respirar e à Educação

Estamos, desde 15 de março de 2020, confinadas em casa devido à pandemia de Covid-19, afastadas das pessoas que amamos - por nós e por elas. Sem os encontros presenciais em nossas universidades, sem as conversas nos corredores e nas salas de aula, sobram incertezas sobre o futuro, e faltam abraços.

O que agudiza a gravidade da situação é que vivemos esta tragédia sanitária assim, na segurança de nosso domicílio, porque temos o privilégio de poder fazê-lo. Há os que não podem: os que têm que sair para trabalhar, obrigados pelos patrões; os que têm que vencer a fome e a miséria; os que têm que estar nos hospitais e outros lugares afins, lutando diariamente contra o vírus, hiper expostos ao risco de contaminação. Saber disso, ouvir os noticiários diariamente, frequentar as redes sociais, aumenta a nossa angústia e confirma o que vamos desenvolver em um outro momento deste artigo: a pandemia do Covid-19 não significa absolutamente que estamos “compartilhando o mesmo barco” nas mesmas condições.

Krenak (2020, p. 28) nos conta sobre uma narrativa que circula em seu povo, a qual diz que “quando você sentir que o céu está ficando muito baixo, é só empurrar e respirar”. É uma prática que nos ensina sobre uma maneira de lidar com o medo e com a dor, e que nos sugere uma reflexão sobre o que a pandemia nos impõe: lutar pelo ato de respirar num momento em que vivemos a maior crise sanitária dos últimos cem anos, na qual incertezas, medos e desesperanças nos assolam. A Covid-19, doença causada por vírus altamente contagioso e desconhecido, ataca mais diretamente a nossa respiração, ou seja, o vírus nos impede de respirar.

Nesta perspectiva, a pandemia não só nos desafia a lutar pelo nosso direito de existência, mas também nos convoca a exercer a *enunciação* (BAKHTIN, 2003, 2004, 2008) como maior ato político de nossas vidas, porque é pela sua continuidade que estamos brigando, isto é, pelo direito de respirar, chorar, reivindicar, resistir.

Em plenos 2020, num tempo cronológico que, com o advento da Modernidade, muitas vezes foi fantasiado como um futuro de promessas, a invisibilidade de um vírus traz à visão, sem fantasia nenhuma, algumas das aberrações da desigualdade social: os contaminados não conseguem respirar porque não há respiradores para todos, muitos vão morrer, e eles são, em sua maioria, pretos¹.

Em meio à crise sanitária, o mundo assistiu ao assassinato brutal do afro-americano George Floyd por asfixia, provocado por um policial branco ajoelhado sob seu pescoço,

enquanto clamava “*Man, I can’t breath!*” - (“cara, eu não consigo respirar!”), numa tradução literal). A cena gravada por celulares de testemunhas aconteceu na cidade de Minneapolis, no estado de Minnesota, nos EUA, e mostra ainda outros policiais de diferentes origens étnicas assistindo passivamente. Esse fato culminou nas mobilizações chamadas de “Black lives matter”, ocorridas em várias cidades dos EUA e Europa contra a violência policial sofrida pela população negra, o que indica que nós, pessoas negras, fazemos parte do grupo denominado por Santos (2020) como Sul, sobre o qual falaremos mais adiante, mesmo quando estamos localizados no Norte global. A super veiculação do assassinato de Floyd nos deixou sem ar, mas apesar disso, o movimento “Black lives matter” viralizou também na internet com a subida da *hashtag* #blacklivesmatter (#vidasnegrasimportam) nas principais redes sociais.

Outra cena que também nos deixou sem ar foi a queda do menino Miguel, de cinco anos, do nono andar de uma das construções mais caras da cidade de Recife, capital de Pernambuco. A sua mãe, Mirtes Renata Souza, mulher negra, empregada doméstica, obrigada a trabalhar durante a pandemia, confiou o filho aos cuidados da patroa, enquanto cumpria seu dever de passear com a cachorra da família. A imagem - que circulou nas redes sociais e nos telejornais - de Sari Corte Real, a patroa branca, apertando o último andar no elevador, deixando Miguel sozinho à própria sorte, somada à imagem da criança despencando quase ao lado do local onde a mãe caminhava, é assustadora e revoltante.

E ficamos ainda mais sem ar, assistindo, nos noticiários, ao número crescente de óbitos por Covid-19 até alcançar a marca de mais de mil pessoas mortas em 24 horas, ao passo que vivemos sem Ministro de Saúde titular da pasta e sem nenhum projeto de segurança sanitária para a contenção da contaminação pelo coronavírus.

A complexidade de toda essa tragédia é nos sentirmos imobilizados e asfixiados em meio ao choro, tentando (re)existir, quando esta deveria ter sido a nossa primeira conquista na vida.

Nós choramos ao nascer. Todos nós. Nós reivindicamos o direito de ter nossos pulmões expandidos pelo oxigênio, mesmo com toda a dor que isso possa nos causar, pois é a condição para vivermos. Choramos pela dor, choramos pela necessidade de continuarmos apesar dela. Acreditamos que este é o nosso primeiro *ato responsável* (BAKHTIN, 2010), a primeira das muitas respostas que devemos dar à vida sob a condição de ocuparmos nosso lugar no mundo e existirmos para ele. Estamos aqui, somos alguém, respiramos, temos vida.

Cada um de meus pensamentos, com o seu conteúdo é um ato singular responsável meu; é um dos atos de que se compõe a minha vida singular inteira como agir ininterrupto, porque a vida inteira na sua totalidade pode ser considerada como uma espécie de ato complexo: eu ajo com toda a minha vida, e cada ato singular e cada experiência eu vivo são um momento do meu viver-agir (BAKHTIN, 2010, p. 44).

Numa realidade em que a indiferença e invisibilidade insistem em nos asfixiar, na qual nos vemos obrigados a repensar nossas existências, isolados em nossas casas, muitas vezes com a sensação de solidão, assumir corajosamente nossos lugares, nossas vozes, nossas

histórias, nossa arte etc., torna-se urgente para garantir a sobrevivência nossa e dos nossos, pois como nos alerta Ponzio (2010) na introdução da obra “Para uma filosofia do ato responsável”

Viver a partir de si mesmo, de seu próprio lugar singular, assevera Bakhtin, não significa viver para si, por conta própria; antes, é somente de seu próprio lugar único que é possível o reconhecimento da impossibilidade da não-indiferença pelo outro, a responsabilidade sem alibi em seus confrontos, e por um outro concreto, também ele singular e, portanto, insubstituível. Eu não posso fazer como se eu não estivesse aí; não poso agir, pensar desejar, sentir como se eu não fosse eu (BAKHTIN, 2010, p. 22).

Posto isso, neste artigo, trazemos algumas perguntas, histórias e reflexões mobilizadas por sentimentos e experiências que temos vivido, sem muitas certezas, no momento em que o planeta sofre em função dos abusos que a humanidade tem cometido, atacando-o, aderindo à lógica do consumo desenfreado e de um modelo capitalista, este sim “selvagem”, que coloca em risco a própria existência humana. Neste estado de coisas, como “suspender o céu” para respirar, como preservar nossas esperanças e continuar sonhando?

“Suspender o céu é ampliar o nosso horizonte. [...] É enriquecer nossas subjetividades” (KRENAK, 2020, p. 32). Entretanto, a contradição que atravessa tragicamente o que vivemos não é simples nem de fácil resolução.

Chorando, subindo hashtags, escrevendo, falando, sobretudo pensando e existindo ativa e responsabilmente no mundo, como mulheres negras educadoras, propomo-nos a refletir sobre formas de encontrar forças e caminhos para “levantar o céu e respirar”, no sentido de ampliar não somente um “horizonte existencial” (KRENAK, 2020, p. 32), mas o nosso horizonte solidário enquanto humanidade, pensando possibilidades de reinventar sentidos para a educação nesse contexto. Para tanto, num primeiro momento, iremos refletir sobre a fundamentalidade das narrativas como possibilidade de reinventar caminhos; num segundo momento, vamos recorrer às narrativas de diferentes grupos étnicos historicamente alijados de direitos na tentativa de recuperar nossas utopias.

2. Duas ou três palavras acerca da fundamentalidade das narrativas para reinventar caminhos

Para a manutenção de nossos sonhos e para combater/reverter a lógica disseminada de uma civilização colonialista, insana e abusiva, Krenak (2020) defende que continuemos a contar histórias, como se a prática significasse a possibilidade de adiar o fim do mundo. Ele diz: “A minha afirmação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim” (KRENAK, 2020, p. 27).

Pensamos/sentimos que as narrativas podem consistir não somente na possibilidade de adiamento do fim do mundo, mas também na nossa possibilidade de existir, como queria

Fanon (2008, p. 33) quando escreveu que “falar é existir absolutamente para o outro”. Narrar nos garante existência e nos oferece ainda uma frágil garantia, neste mundo de tantas outras fragilidades: que nossas histórias não sejam engolidas por uma “história única”², que disfarça a sua incompletude no silenciamento de narrativas fundamentais para reconhecermos nossa alteridade, nossa solidariedade e identificação com “o outro”.

A palavra é essa ponte entre eu e o “outro” e que impõe o reconhecimento desta alteridade. Enunciar é ato responsivo e responsável. Quando alguém enuncia, está respondendo às vozes sociais que nos habitam e que nos constituem, e está assumindo um ato de responsabilidade em relação àquele que é a direção do nosso ato de enunciar (BAKHTIN, 2003, 2004, 2008). Além disso, podemos considerar que:

Não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis [...] A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou um sentido ideológico ou vivencial (BAKHTIN, 2004, p. 95).

As narrativas são ressonâncias da vida e carregam a poética da experiência social, sendo impossível separá-las da experiência da existência. E para o povo Guarani, é impossível separá-las da alma. Eles têm uma palavra para definir linguagem que está relacionada à ideia de alma: a palavra *nheen*. E quando uma pessoa tem uma doença física ou emocional, eles entendem que foi porque a palavra se separou da alma.

O que gostaríamos de defender aqui é que a possibilidade de usar a palavra, narrar e se narrar, é uma maneira fundamental para existir, não sendo possível separar as palavras do conjunto de sentidos que lhes dão a vida social e a experiência. E por último – inspiradas pelo que nos ensina a cultura do povo Guarani – acreditamos que seja impossível apartá-las da alma de quem enuncia. É o que temos experimentado ouvindo nossas/nossos estudantes nestes tempos tristes da pandemia. Seguimos com dois exemplos.

Nosso grupo de pesquisa, vinculado a um Programa de Pós-graduação em Educação de uma universidade pública, está reunido em um encontro remoto. Por determinações de segurança sanitária, ninguém está indo à universidade desde março de 2020, quando iniciamos o isolamento social, mas continuamos a encontrar nossas alunas e nossos alunos, mesmo que para eles não tenha sido obrigatório - até o momento da escrita deste artigo – participar dos encontros. De certa forma, esses momentos têm acontecido também, e, algumas vezes, principalmente, para nos fortalecermos emocionalmente e nos darmos notícias uns aos outros.

Estamos todas e todos nos acostumando com essa vida remota aos poucos, e, para além das discussões teóricas sobre os textos lidos e sobre nossas pesquisas, a conversa tem sido também relativa aos novos tempos, às notícias diárias de número de mortos, às formas de existir e de resistir dentro do “novo normal”, ao qual, compulsoriamente, vamos tentando nos acostumar.

Cada uma/um de nós fala um pouco de seu cotidiano, quando em determinado momento uma estudante começa a narrar o que está se passando em seu ambiente doméstico e diz: “eu nunca imaginei que a universidade fosse o espaço de liberdade, que hoje eu sei que ela é”.

Nossos olhares fixam-se um pouco mais na tela, atentos ao que a colega narra. A aluna mora com os filhos, jovens adultos, universitários como ela, e o marido de quem estava em processo de separação quando a quarentena começou. Com a pandemia o ex-marido manteve-se em casa.

Ela nos conta que: “ele fica na porta do quarto ouvindo o que eu estou falando durante o encontro do grupo de pesquisa, quando eu saio, ele vem me cobrar o que eu falava enquanto discutíamos as nossas questões”.

Em uma outra situação, de aula remota, mais uma estudante nos conta sobre o seu cotidiano compartilhado entre o trabalho remoto, os estudos, os cuidados com a casa, com o filho de três anos de idade e com os demais adultos. A criança pede a mãe um suco e enquanto observa a cena trivial de preparo diz: “Mamãe, você é engraçada. O que eu quero, você faz; o que você quer, você faz; o que papai quer, você faz.” A criança num súbito de epifania revela o lugar que a mãe ocupa dentro da família. Muito diferente da autoimagem que a estudante produziu de si mesma. Essa situação é disparadora de reflexões sobre si e a estrutura familiar e social que a colocou nesse lugar.

As duas situações narradas são, com uma ou outra especificidade, a de muitas mulheres hoje no contexto da pandemia: mulheres em suas casas, assistindo a aulas, trabalhando, participando dos coletivos dos quais fazem parte, sob o mesmo teto que um companheiro ou ex-companheiro opressor que agora está confinado junto com a família, e ainda tendo que assumir o lugar das únicas responsáveis pelos cuidados de todas as pessoas da casa. Elas assumem, neste momento, sem trégua, jornadas duplas, triplas, incessantes, e experimentam, às vezes de maneira dolorosa, a falta que os encontros presenciais estão fazendo, entendendo a universidade como ‘espaçotempo’ formativo, mas também como um “espaço seguro” (COLLINS, 2019, p. 276) em que se tem a oportunidade de “suspender o céu” para respirar, de manter sua palavra vinculada a sua alma.

Santos (2020) já confirmava, em texto escrito assim que a pandemia se impôs em nossos cotidianos, o quanto os impactos da mesma seriam observados mais fortemente na vida de diferentes grupos sociais que têm em comum padecerem de uma especial vulnerabilidade que precede a quarentena e se agrava com ela. Tais grupos compõem o que autor chama de Sul, isto é:

[...] o Sul não designa um espaço geográfico. Designa um espaço-tempo político, social e cultural. É a metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual (SANTOS, 2020, p. 15).

Embora o Sul seja composto por uma gama infinita de coletivos, o autor chama atenção para as mulheres; os trabalhadores precários, informais, ditos autônomos; os trabalhadores da rua; as populações de rua; os moradores nas periferias pobres das cidades, favelas; os

internados em campos de internamento para refugiados, imigrantes indocumentados ou populações deslocadas internamente; os deficientes; e os idosos. Tais grupos têm as vidas atravessadas nesses tempos pela “tempestade” do coronavírus, remetendo-se ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado como os três unicórnios, a partir de texto escrito por Leonardo Da Vinci.

Sobre o unicórnio, escreveu Leonardo da Vinci: ‘O unicórnio, através da sua intemperança e incapacidade de se dominar, e devido ao deleite que as donzelas lhe proporcionam, esquece a sua ferocidade e selvajaria. Ele põe de parte a desconfiança, aproxima-se da donzela sentada e adormece no seu regaço. Assim, os caçadores conseguem caçá-lo’. Ou seja, o unicórnio é um todo-poderoso feroz e selvagem que, no entanto, tem um ponto fraco, sucumbe à astúcia de quem o souber identificar. Desde o século XVII, os três unicórnios são o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. São os modos de dominação principais. Para dominarem eficazmente têm de ser destemperados, ferozes e incapazes de se dominar, como adverte Da Vinci. Apesar de serem onnipresentes na vida dos humanos e das sociedades, são invisíveis na sua essência e na essencial articulação entre eles (SANTOS, 2020, p. 11).

Para este artigo, chamamos atenção para as mulheres, pois para esse grupo a “a quarentena será particularmente difícil, [...] nalguns casos, pode mesmo ser perigosa” (SANTOS, 2020, p. 15). Como nos casos supracitados de nossas alunas, confirmamos que são principalmente as mulheres latino-americanas, as pobres e as mulheres negras as maiores vítimas desses três unicórnios, e de toda a carga ideológica negativa e cruel que lhes ensinam desde muito cedo a cuidar sem necessariamente cuidar-se, a submeter-se, a consumir, a obedecer ao colonizador, a compreender que existe um certo mundo que não é para elas.

Santos lembra que:

Ao contrário do que pensa Da Vinci, a ferocidade destes três unicórnios não assenta apenas na força bruta. Assenta também na astúcia que lhes permite desaparecer quando continuam vivos, ou parecer fracos quando permanecem fortes (SANTOS, 2020, p.12).

O que garante o domínio dos unicórnios é a sua invisibilização. Os três são interdependentes e articulados. Não existe o colonialismo sem o capitalismo, e tanto um quanto o outro se sustentam no patriarcado que os apoia. Os três são onnipresentes, e sua ação sobre a vida das pessoas está inculcada desde muito cedo pela educação e pela doutrinação, através de poderosas ações estratégicas de poder.

A escritora Ursula K. Le Guin, em seu conto “Aqueles que abandonam Ornelas”, narra a história de uma cidade idílica na qual os habitantes vivem felizes um evento de verão. Nesse mesmo lugar perfeito, enquanto alguns moradores passeiam e se divertem na paisagem bucólica da cidade, existe uma criança que habita um porão sem janela, sem luz, em condições desumanas.

Todos sabem que tem que estar lá. Alguns entendem o porquê, alguns não. Mas todos entendem que a própria felicidade, a ternura das suas amizades, a saúde das suas crianças, a sabedoria de seus acadêmicos, a habilidade de seus artífices, mesmo a abundância das colheitas, dependem completamente da deplorável miséria daquela criança (LE GUIN, 2019, p. 10).

Assim funciona o domínio dos unicórnios. Suas estratégias estão assentadas na existência de pessoas que vivem nos porões para que outras vivam agradáveis verões.

Entretanto, pesquisadoras cotidianistas, consoante a Certeau (1994), acreditamos que se há ações *estratégicas*, é inegável que haja ações *táticas*³, reinventando a vida e as relações. E que são essas últimas que precisam ser reconhecidas e valorizadas, pois são elas que nos dão pistas de como se transgredir as opressões dos unicórnios.

Ações táticas são ações políticas que refletem maneiras não só de estar no mundo e de o (re) inventar, mas também de se emancipar. Todo ato de (re) invenção de si e do mundo passa, de alguma maneira, pela possibilidade de narrar e se narrar como perspectiva de um encontro com um outro que nos faça sentir acolhidos e pertencidos. Como encontrar outras histórias que, próximas às nossas, carregassem um potencial emancipatório?

Para Collins (2019, p. 274), a experiência das mulheres afro-americanas para se narrar usando “toda a extensão da sua voz”, construindo vozes coletivas e individuais, ocorre em espaços seguros, a saber: nas famílias ou em coletivos de irmandades; na música e na literatura. Tais espaços são considerados seguros, uma condição para a resistência de mulheres negras, pois elas não somente podem falar como tem garantia que serão ouvidas por suas iguais, uma vez que “o ouvinte mais capacitado a romper a invisibilidade criada pela objetificação da mulher negra é outra mulher negra” (COLLINS, 2019, p. 281).

Uma atualização possível para esses espaços seguros no contexto brasileiro são as universidades públicas. Desde a institucionalização do sistema de cotas, que reserva vagas a candidatos de determinados grupos populacionais para o ensino superior (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU), as universidades públicas brasileiras tiveram o aumento da diversidade étnico-racial e de origem social em seus quadros discente, em especial, a presença de pessoas negras oriundas das classes populares.

Importante registrar que esse aparato legal não nos foi dado e sim conquistado com muito conhecimento, suor e ginga dos movimentos sociais com destaque para o Movimento Negro Brasileiro⁴, um ator coletivo e político (GOMES, 2018, p. 27), que sempre colocou a educação como pauta prioritária, apresentando à sociedade um projeto educativo emancipatório, abrangendo todos os níveis de ensino. Segundo Gomes (2018), o Movimento Negro Brasileiro trabalhou para politizar o conceito de raça e com isso conseguiu desvelar

[...] a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial

pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial (GOMES, 2018, p. 22).

Assim, “Ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana” (GOMES, 2018, p. 38).

Como resultado do trabalho incessante do Movimento Negro e das políticas públicas com foco na ampliação do acesso ao ensino superior, no ano de 2018, o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE), por meio do informativo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, divulgou que pela primeira vez o montante de estudantes negros (somatório dos autodeclarados pretos ou pardos) passou a compor maioria nas instituições de ensino superior da rede pública do País (50,3%). Essa mudança do quadro discente trouxe consigo demandas próprias desses grupos, transformando o espaço acadêmico, potencializando o seu caráter político e se constituindo para muitos como projeto de justiça social.

No momento como este que estamos vivendo, como já anunciado, entender as universidades públicas como *espaços seguros*, diz respeito a considerá-las como lugar livre

[...] da vigilância de grupos mais poderosos. (espaços que) retiram as mulheres Negras da vigilância e fomentam condições para auto-definições independentes por parte das mulheres Negras. Quando institucionalizadas, essas autodefinições se tornam fundamentais para desenvolver pontos de vista feministas Negros politizados. Assim, é muito mais do que a simples expressão da voz que está em jogo (COLLINS, 2019, p. 290).

É, sobretudo, a experiência da liberdade a partir da enunciação como expressão de existência e reinvenção de um mundo possível para nós.

O que nos foi narrado pelas estudantes, que se soma a outras tantas histórias que temos escutado e lido, derruba a falsa ideia de que o vírus seja democrático, confirmando que a pandemia e a quarentena atingem a vida dos componentes do grupo Sul de modo mais acentuado. Também nos fazem enxergar, baseadas em Certeau (1994), indícios revolucionários, uma vez que os cotidianos dessas narrativas também se mostram como ‘*espaçotempos*’ de invenção - criação e resistência. Reinvenção que tem a ver com aproveitar ocasiões em situações radicalmente inéditas, nas quais estão sendo testados todo o tempo os nossos limites, as nossas chances de sobrevivência, nossa coragem, nosso potencial para esperar.

Como no campo da educação lidamos principalmente com mulheres, muitas das classes populares, acreditamos que tudo o que produzimos em termos de teorias, nossas esperanças de emancipação, tem que necessariamente passar por um compromisso com elas e essa sua histórica vulnerabilidade.

3. Reinventando utopias, apesar das distopias

O isolamento social que temos experimentado nestes meses, vivendo a pandemia, trouxe-nos a sensação de estarmos vivendo num mundo distópico. Se outrora podíamos ir, vir, exercer livremente nossas profissões e circular pelos espaços públicos, o confinamento evidenciou que nenhuma conquista social está dada *a priori*, precisaremos seguir lutando pela garantia dos direitos. Fomos de tal modo afetadas por esse vírus, ainda que não tenhamos sido contaminadas, que o contexto nos faz questionar a noção de liberdade e igualdade. A esse respeito, Carneiro (2019) nos lembra que liberdade e igualdade são princípios caros para nós, mulheres negras, além de serem

[...] valores intrínsecos e inegociáveis para pessoa humana [...] são bens que estão sendo colocados em perigo por diferentes ideologias autoritárias, fascismos, neofascismos, por diferentes variações do machismo, pelo racismo e as discriminações étnicas e raciais, pelos fundamentalismos religiosos, pelos neoliberalismos, pelas globalizações (CARNEIRO, 2019, p. 109).

Experimentando cotidianamente a falta de liberdade e de igualdade, o sofrimento, a angústia, o medo da morte vão tornando a vida de todas e todos insuportável, como se estivéssemos caindo num abismo sem paraquedas. Por isso, recorremos novamente a Krenak, pois é ele mesmo quem nos dá pistas sobre como enfrentar o que estamos experimentando ao provocar a reflexão “Por que tanto medo assim de uma queda se a gente não fez nada nas outras eras senão cair?” (KRENAK, 2020, p. 62), e ele segue suas provocações:

[...] talvez o que a gente tenha que fazer é descobrir um paraquedas. Não eliminar a queda, mas inventar e fabricar milhares de paraquedas coloridos, divertidos, inclusive prazerosos. Já que aquilo de que realmente gostamos é gozar, viver no prazer aqui na Terra (KRENAK, 2020, p. 63).

Acreditamos que uma forma de lutar contra o sentimento de viver numa distopia seja (re) inventando utopias, fabricando paraquedas, para levantar o céu e poder respirar, buscando revisitar a esperança. Mas afinal, como esperar em tempos tão duros e tristes? Quais ações táticas, múltiplas, imprevisíveis, podem nos remeter a alguma possibilidade de esperança nesse contexto em que vivemos?

É preciso reinventar sentido quando tudo parece não fazer nenhum sentido, alguma alegria em meio à desolação da normalidade da exceção (SANTOS, 2020, p. 5). E para isso, e por isso, temos que nos manter juntos e alimentar as esperanças, assim como nos ensinou Paulo Freire:

A esperança faz parte da natureza humana. [...] A esperança é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário, a desesperança é o aborto desse ímpeto. A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria História, mas puro determinismo. Só há História onde há tempo

problematizado e não pré-dado. A inexorabilidade do futuro é a negação da História (FREIRE, 2003, p. 72).

A sensação de que o futuro está dado e estamos determinados ao fracasso e à tristeza é um sentimento reacionário, lembrou Freire. Nada está dado e nada é definitivo quando se entende que tudo é luta e ainda estamos no processo. Se estamos escrevendo este texto, se o estamos lendo, o futuro vai depender do que se vai fazer no presente com vistas em um futuro.

Nossas alunas mulheres negras, os povos indígenas e o movimento Negro Brasileiro nos deram pistas sobre caminhos a se reinventar e garantir. A universidade é um espaço de liberdade, e a continuidade da luta por mantê-la assim: pública e laica é o caminho e o alimento da nossa imaginação política. Lutar pela universidade pública é apostar em nossas utopias de mundos inclusivo com a valorização da diversidade como missão (CARNEIRO, 2019, p. 116). Porque como também nos lembrou Freire (2003), esperar não é simplesmente esperar somente, mas organizar para que aquilo que temos de mais caro se fortaleça e se mantenha. Nossos estudantes nos mostram com suas narrativas que há esperança. Que saibamos ouvi-los.

Escrevemos este texto não somente para fazer pensar, mas também para fazer sentir. Sentir que isso tudo um dia vai passar, sentir que ninguém está sozinho, e que daqui a pouco vamos poder nos encontrar, poder nos abraçar, e falar das coisas que precisam ter fim e de outras que hão de florescer; falar de como esse mundo pode e tem que ser um lugar onde não precise mais existir gente que habite os porões para que outros aproveitem para passear ao sol; falar de um mundo sobre o qual é necessário se esperar, na solidariedade.

Notas

1. Segundo a 11ª Nota Técnica (NT) do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS).
2. Quanto aos “Perigos de uma história única”, é possível ver por meio do vídeo, cujo link está disponível abaixo, em que a escritora nigeriana Chimamanda Adichie expõe como uma certa “História única” contribui para o apagamento de outras tantas histórias através das quais no mantemos existindo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZUtlR1ZWtEY>. Acesso em: 2 ago. 2020.
3. Tática para Certeau (1994, p. 100) é a “arte do fraco [...] a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder [...]”.
4. “Entende-se Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial; de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil; de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares da sociedade” (GOMES, p. 23-24).
5. Todos os livros citados neste artigo, que tenham sua versão gratuita em pdf, estarão aqui com os links correspondentes na referência bibliográfica para que possam ser acessados de casa pelas pessoas que nos leem.

Referências⁵

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.escrevendoofuturo.org.br/arquivos/6479/bakhtin-mikhail-estetica-da-criacao-verbal-sao-paulo-martins-fontes-2003.pdf&ved=2ahUKEwjE2-LIr6vrAhUUHrkGHXPCAK0QFjAAegQIARAB&usg=AOvVaw37m8sq0o4W-FyR5AC5aW2u&cshid=1597981153853>. Acesso em: 2 ago. 2020.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 11ª edição. São Paulo: Hucitec, 2004. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Bakhtin-Marxismo_filosofia_linguagem.pdf&ved=2ahUKEwjY0umSr6vrAhXGJbkGHUysBlsQFjAAegQIARAB&usg=AOvVaw0J11c7vyJBSzo_6U30sIJG&cshid=1597981027789. Acesso em: 2 ago. 2020.
- BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- CARNEIRO, Sueli. Tempo de uma vida. In: CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen, 2019, p. 106-116.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://portal.uneb.br/gestec/wp-content/uploads/sites/69/2018/02/74892255-A-Invencao-a-o-do-cotidiano-Michel-de-Certeau.compressed.pdf&ved=2ahUKEwjapPztravAhWvGLkGHWQVAXQQFjABegQIAhAB&usg=AOvVaw1dS433TppqfX10Gd5EsUy5>. Acesso em: 02 ago. 2020.
- COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 271 – 310.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf. Acesso em: 2 ago. 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários para a prática educativa. 27ª Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.apoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%2520Freire_P_%2520Pedagogia%2520da%2520autonomia.pdf&ved=2ahUKEwj3gqC1rqvrAhXHlrkGHfaqBCAQFjAAegQIAhAB&usg=AOvVaw0FQKRSY3r2Ql-3YC0A3bvQ. Acesso em: 2 ago. 2020.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador – Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.
- IBGE. **Informativo**: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 2 ago. 2020.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2020. Disponível em: <https://miolodolivro.com.br/ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo-pdf-por-ailton-krenak/>. Acesso em: 2 ago. 2020.
- LE GUIN, Ursula K. **Aqueles que abandonam Ornelas**. São Paulo, Editora Morro branco, 2019. Disponível em: <https://view.joomag.com/projeto-c%3A1psula-aqueles-que-abandonam-omelas-ursula-k-le-guin/0854407001576612624>. Acesso em: 2 ago. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020. Disponível em: <http://www.cidadessaudaveis.org.br/cepedoc/wp-content/uploads/2020/04/Livro-Boaventura-A-pedagogia-do-virus.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2020.

Correspondência

Bárbara Maia Cerqueira Cazé: É Pedagoga pela Universidade Estadual do Espírito Santo, Mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Pedagoga da Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Cultura e Identidades no Cotidiano/UERJ

Email: barbaracaze@gmail.com

Mailsa Carla Pinto Passos: É Licenciada em Letras pela UFRJ, Doutora em Educação Brasileira pela PUC-Rio, Professora da Faculdade de Educação da UERJ, e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPEd/UERJ), Vice-Coordenadora do Laboratório Educação e Imagem.

E-mail: mailsappassos@gmail.com

Juliana Ribeiro: É Licenciada em Pedagogia pela UFRRJ, Doutoranda em Educação PROPEd/UERJ, Mestra em Educação PPGEDUC/UFRRJ, Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Culturas e Identidades no Cotidiano/UERJ, Professora na Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro.

E-mail: prof.julianaribeiro@gmail.com

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização das autoras